

## Os impactos do neoliberalismo na educação brasileira: uma análise sobre a BNCC

### The impacts of neoliberalism on Brazilian education: an analysis of the BNCC

DOI:10.34117/bjdv7n6-700

Recebimento dos originais: 07/05/2021

Aceitação para publicação: 01/06/2021

#### **Mariana de Oliveira Melo**

Licenciada em História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Endereço: R. Monte Alegre, 984 - Perdizes, São Paulo - SP, 05014-901

E-mail: marianamelo\_@hotmail.com.br

#### **Rodrigo Giuli Orlando Santi**

Licenciado em História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Endereço: R. Monte Alegre, 984 - Perdizes, São Paulo - SP, 05014-901

E-mail: rodrigo.santi98@hotmail.com

#### **RESUMO**

O presente artigo analisa os impactos do neoliberalismo na educação brasileira, especificamente na última década. Duas são as principais consequências deste impacto: o aumento significativo do número de entidades privadas em todos os níveis escolares, representando uma disputa com o Estado em torno da educação, e o desenvolvimento de técnicas pedagógicas nas escolas que visam o cumprimento de metas, a responsabilização individual e o ensino de competências aplicáveis ao mundo do trabalho. A Reforma do Ensino Médio e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são exemplo estudados no trabalho que seguem a lógica neoliberal de ensino. Ambas as reformas, o conteúdo delas e o constante aumento de instituições privadas na educação são partes constituintes do novo período histórico que o mundo vive, marcado pelo triunfo da hegemonia dos Estados Unidos e da sociedade de mercado como consenso a ser seguido. Desta maneira, o trabalho situa o Brasil nesse contexto global, entendendo a expansão do mercado da educação como um projeto de longo prazo de domínio do ensino brasileiro pelo empresariado, visando os lucros e a disputa pela hegemonia ideológica.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Educação. Ensino. BNCC.

#### **ABSTRACT**

This article analyzes the impacts of neoliberalism on Brazilian education, specifically in the last decade. Two are the main consequences of this impact: the significant increase in the number of private entities at all school levels, representing a dispute with the State over education, and the development of pedagogical techniques in schools aimed at meeting targets, individual accountability, and the teaching of skills applicable to the world of work. The High School Reform and the approval of the Common National Curricular Base (BNCC) are examples studied in the paper that follow the neoliberal logic of teaching. Both reforms, their content and the constant increase of private institutions

in education are constituent parts of the new historical period that the world is living, marked by the triumph of the hegemony of the United States and the market society as a consensus to be followed. In this way, the paper situates Brazil in this global context, understanding the expansion of the education market as a long-term project of domination of Brazilian education by businessmen, aiming at profits and the dispute for ideological hegemony.

**Keywords:** Neoliberalism. Education. Teaching. BNCC

*“Reforma da escola, termo guarda chuva e fórmula mágica. Mas reforma para construir que tipo de escola e escola para que tipo de sociedade ?”*

CHRISTIAN LAVAL

*A Escola não é uma empresa - O Neoliberalismo em ataque ao ensino público. (LAVAL, 2019. PG 16)*

## 1 INTRODUÇÃO

A colonização escolar por parte do empresariado é um fenômeno em curso no Brasil, que se desenvolve e se legitima com o triunfo do neoliberalismo. A unanimidade da economia de mercado, desenvolvida por diferentes governos nas décadas de 1990 e 2000, abriu espaço para o empresariado brasileiro passar a empreender na educação. Deste modo, a educação passa a ser um mercado de potencial lucrativo e a privatização desta avança, em detrimento da diminuição do investimento público.

O que dá legitimidade tanto às reformas educacionais (Reforma do Ensino Médio) quanto a expansão do modelo escola-empresa é a própria ideologia neoliberal, principalmente em sua defesa de uma educação tecnocrata e “sem partido”. O discurso de uma escola neutra visa combater uma educação que contribua para a visão crítica do aluno sobre uma sociedade de classes. A base teórica do neoliberalismo na educação está ancorada em uma concepção histórica ultrapassada, mas que ganhou força nos últimos anos com o mundo unipolar. A “neutralidade” pregada por representantes do capital, na verdade, consiste em uma interpretação da História, por exemplo, como um estudo meramente descritivo, já que na visão de mundo liberal, a entrada do século XXI representou o fim dos conflitos de classes e da necessidade de uma alternativa ao modelo excludente e insustentável do capitalismo. Ou seja, a educação tem uma função estritamente técnica, ainda mais nas escolas privadas de baixo custo destinadas aos filhos do proletariado.

Desta maneira, o movimento privatista da educação representa o marco histórico atual, iniciado na década de 1990 com o fim da União Soviética e do chamado campo

socialista e com o triunfo do neoliberalismo e dos Estados Unidos da América como poder hegemônico no mundo. A América Latina, sob a tutela de Washington, desenvolveu seu sistema político e econômico de acordo com sua condição de continente periférico. Deste modo, o Brasil, mesmo elegendo quatro vezes governos de esquerda, seguiu seu caminho como país de economia dependente. Os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Roussef, mesmo com todas as suas conquistas sociais, não desenvolveram uma alternativa ao neoliberalismo. No que toca a educação, abriram espaço para a iniciativa privada no ensino superiores e no ensino básico. Percebe-se que a concepção liberal da economia e política tornou-se consenso, sofrendo pouca ou nenhuma resistência, na medida em que mina as possibilidades organizativas e de solidariedade da classe trabalhadora. A colonização da educação por conglomerados privados é resultado desse consenso fabricado e é uma arma poderosa para a manutenção da ordem social vigente.

Nesta dissertação analisamos o novo idioma escolar proposto por empresários, procurando conceber quais são os instrumentos de gestão na escola neoliberal, ou seja, a chamada modernização da escola.

## **2 POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS NEOLIBERAIS PARA TRANSFORMAR O ENSINO**

No século XXI observamos, de forma mais abrupta, um aumento do que chamaremos por agendas educacionais empresariais, relacionado há uma ampliação dos processos de privatização. A ótica empresarial reduz o trabalho educativo a um produto, vendido como lógica de gestão educacional. A educação irá preocupar-se com o estabelecimento de metas, avaliação sistemática do rendimento escolar e responsabilização individual pelo processo de formação do ser, tornando a relação mercantil um encargo da educação. Paradoxalmente, tornou-se importante ampliar as políticas afirmativas e criar mecanismos que estimulem a participação dos mais pobres no ambiente escolar, momento que observamos os grandes atores entrarem em ação para que se faça isso acontecer, os grupos privados.

O Brasil vem convertendo-se no espaço ideal para atrair esses empreendimentos, por conta de sua enorme população em idade escolar e por ter um quadro social favorável a este tipo de investimento conhecido por gestão da educação, construído

paulatinamente num contexto de crise econômica. Esta gestão técnica e empresarial nas escolas, proporciona um maior foco nos processos, nas técnicas e no formato do ensino. Voltada a eficiência e ao alcance de metas, essa concepção educacional substituiu o objetivo maior da educação, que é a emancipação humana através do conhecimento, pelo ensino de competências aplicáveis ao trabalho. O termo aprendizagem assume uma gramática própria nas novas escolas, a partir dos anos de 1990. A relação entre ensino-aprendizagem foi apagada para dar lugar à política educacional da aprendizagem, haja em vista atualmente os professores reprodutores de apostilas e as avaliações feitas para os estudantes por metas curriculares alheias a verdadeira experiência da sala de aula. Atualmente, a métrica da avaliação escolar não é mais o saber, mas o saber como, alinhado a uma das políticas educacionais que irá nortear a formação das novas escolas, a atual BNCC.

As discussões em torno da necessidade de uma base nacional comum para a Educação Básica no Brasil, ocorrem desde 1988 com a Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que previa “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, artigo 210). Desde então houveram discussões e embates em torno da criação do referido documento, que obteve sua versão final da BNCC aprovada em meados de 2017 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A BNCC é originada de discursos governistas em defesa da base em dar qualidade à educação para diferentes grupos da sociedade, porém há inúmeras discussões que veem uma controvérsia no argumento, afirmando que o compromisso originário com a educação e a democracia foram secundarizados, e na realidade a prioridade com as reformas educacionais está ligada a interesses privados, configurando uma relação entre lobbies educativos, instituições capitalistas e Estado. A elaboração da BNCC foi uma exigência dos organismos internacionais, da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e de três das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Seu processo de produção contou com membros como: Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME) e, principalmente com membros da classe empresarial, compondo a ala Organização Não Governamental (ONG) Movimento pela Base Nacional Comum.

Dentre os aparelhos privados de hegemonia no processo de elaboração da

Base, tínhamos: Itaú (Unibanco), Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação LEMANN, CENPEC, Todos pela Educação e Amigos da Escola. Esses sujeitos, ao longo do processo de elaboração do documento, atuaram pelos seus interesses, com o objetivo de criar novos mecanismos de governabilidade. A BNCC atua como instrumento para conciliar interesses antagônicos e é mais um dos vários exemplos que demonstram as intervenções das quais sofreu a Educação Básica formal, ora pela elite brasileira ora por intervenções externas, lideradas pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Unesco, entre outros. A BNCC também segue a lógica dos rankings educacionais, baseada na comparação de desempenhos. Ela é um facilitador de uma das principais avaliações anuais, o Pisa, que não surpreendentemente é organizado pela OCDE (Organização a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

A metacompetência evidenciada pela BNCC é aprender a aprender, de forma que a escola pautada pela base ensine a conviver com o sentimento que tange o capitalismo, a incerteza, conforme Laval:

“Em uma sociedade cada vez mais marcada pela instabilidade das posições, sejam elas profissionais, sociais ou familiares, o sistema educacional deve preparar os alunos para um cenário de incerteza crescente. A pedagogia não diretiva e estruturada de modo flexível, o uso das novas tecnologias, o amplo cardápio oferecido aos estudantes e o hábito do controle contínuo são pensados como uma preponderância para a gestão de cenários de incertezas que o jovem trabalhador vai encontrar ao concluir os estudos.”

(Laval, Christian. A Escola não é uma empresa, - o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 2019. PG 41)

Flexibilidade, resiliência, determinação, estas são menções ao que seriam competências socioemocionais na BNCC. Trata-se de um conjunto de habilidades que mobilizadas, auxiliam o pleno exercício no mundo do trabalho. Evidenciando a centralidade do tema tomemos por exemplo: “fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida” (competência 6). A literatura científica nos mostra a relação entre sentimentos e aprendizagem, porém não é o mesmo que pautar competências socioemocionais. A relação estabelecida pela BNCC entre comportamentos mentais e cognitivos escolares são reducionistas ao determinarem o domínio de ambas as partes ao campo técnico; Lev Vygotsky, um proponente da psicologia cultural-histórica vai em total desacordo com a noção proposta pela BNCC,

afirmando que é através da cultura e da sociedade, que se alteram as experiências e a personalidade, sendo o processo emocional um amadurecimento orgânico.

A formação sócioemocional que se propõe no caso da BNCC, vai de acordo com a formação da psique do trabalhador para o novo mercado de trabalho, onde espera-se que o assalariado seja capaz de discernir as próprias condutas em prol da produtividade, é a “autonomia que se espera do assalariado, que consiste em ele dar ordens e se autodisciplinar” (LAVAL. 2019. p. 40). As competências socioemocionais na BNCC são propostas de forma utilitarista seguindo a perspectiva do espírito liberal. Não se trata realmente de promover um tratamento psicopedagógico, mas de utilizar-se destas competências como uma ferramenta a serviço da eficiência do trabalho.

Isto leva a outro ponto crucial na empregabilidade destas habilidades e competências socioemocionais: a atuação intuitiva por parte dos educadores que não tiveram em suas formações iniciais contato com este tipo tema, levando a este profissional a trabalhar a habilidade sem referencial específico, amparados por um saber de experiências imediatas. Mas a ausência desta formação inicial é ressignificada na escola empresarial, como parte do processo pedagógico que parte do inatismo do saber.

### 3 CONCLUSÃO

Observamos até aqui, a submissão direta por que passa a educação aos interesses econômicos privados, constatando esse fato pela expansão de empresas gigantes, como a Holding Kroton, Estácio, Anhanguera etc., e pelo fortalecimento do empresariado na compra e venda de unidades escolares em um formato de start-up, que não só respeita a concepção de educação privada, como realiza a própria formatação de ensino, utilizando-se de currículos prontos como a BNCC, adicionando aulas de empreendedorismo nas escolas e formando a nova classe trabalhadora para o século XXI. Neste sentido, a instituição escola é um dos maiores e melhores fornecedores de capital humano às empresas. A escola liberal estabelece o mercado do ensino, tornando o conhecimento um recurso privado, que rende lucros exorbitantes para quem o financia. Neste modelo de educação, a relação dentro das escolas vai de acordo com os moldes de um modelo de mercado, fundamentalmente comercial. Conforme Laval:

“A padronização de objetivos e controles, a descentralização, a mutação da gestão educacional e a formação de professores são reformas focadas na produtividade (productivity-centred). No entanto, a escola neoliberal também

pretende melhorar a qualidade da força de trabalho em seu conjunto sem aumentar impostos e, na medida do possível, reduzindo o gasto público. Daí as campanhas e as políticas, implantadas na mesma época tanto nacional como mundialmente e em todos os níveis da atividade educacional, para diversificar o financiamento do sistema educacional (clamando muito mais abertamente pelo gasto privado) administrar mais eficazmente a escola (como fazem as empresas), reduzir a cultura ensinada na escola as competências indispensáveis para a empregabilidade dos assalariados, promover a lógica de mercado na escola e competição entre famílias e estudantes pelo bem escasso e conseqüentemente a educação.”

(Laval, Christian. A Escola não é uma empresa, - o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 2019. PG 37)

A escola neoliberal responde a um modelo escolar que compreende a educação como um bem essencialmente privado. Estas instituições não têm outra razão de ser, que não seja a de atender a interesses particulares, o que justifica a participação do empresário na construção destas escolas é o lucro que elas prometem. A filantropia empresarial na educação não parte de bases relacionadas a solidariedade social, mas da defesa de um projeto privatista. Essa classe defende que a educação é por princípio um tema técnico, um problema puramente administrativo e gerencial; e que a solução para a sua melhoria está relacionada a ferramentas de gestão empresarial adequadas. A nova filantropia trabalha com lógicas gerenciais semelhantes às de organizações lucrativas, se organizando por metas e prometendo gerar grandes impactos e mudanças sistêmicas na educação brasileira, ancorados em reformas educacionais estruturais, como a BNCC.

Os grupos com poder financeiro para desequilibrar o terreno da política educacional, lutaram enfaticamente pela criação da BNCC: a Fundação Lemann é uma das entidades que apoiou ativamente a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC – o empresário, Jorge Paulo Lemann, foi um dos bilionários convidados a opinar sobre a reforma do ensino público brasileiro<sup>1</sup>. O empresário participa ativamente dos espaços de alinhamento político acerca da educação, não por acaso, as escolas financiadas por sua fundação seguem rigorosamente a aplicação da BNCC. Figuras como Lemann, são fundamentais na disputa entre público e privado. A oposição entre uma visão de educação como bem público e uma visão privatista permeia dois ambientes fundamentais na sociedade: a política e a pedagogia.

---

<sup>1</sup> No ano de 2018, nos dias 25 e 30 de novembro, 65 autoridades brasileiras (governadores, parlamentares, especialistas, empresários e terceiro setor) se reuniram em um encontro para debater gestão pública e educação na Universidade de Oxford.

A nova escola, concebida por estratégias políticas com a participação do empresariado, se utiliza de ferramentas como a BNCC para aplicar metodologias do saber fazer, e seguem se ampliando na cultura escolar com um caráter técnico-pedagógico de “mão na massa”, “cultura maker”, “faça você mesmo”. O empreendedorismo social, apesar do nome trazer tons de benevolência, usa como parte de seu empreendimento um discurso de bem-estar social, mas seus objetivos na aplicação de seu capital são essencialmente de obtenção de lucro e de disputa hegemônica da sociedade. A ofensiva neoliberal na escola é um processo em andamento, porém já avançado. Nos resta compreender como o bilionário e sua fundação estão a avançar e como estão a modelar o ensino no Brasil.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F. (1998). “**De JK a FHC: apontamentos sobre as lutas sociais no Brasil contemporâneo**”. In: RAMPINELLI, W. J.; OURIQUES, N. D. (orgs.). No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã.

Barcellona, Pietro. **Il ritorno del legame sociale**. Turim: Bollati Boringhieri, 1990.

\_\_\_\_\_. **Política e Passioni**. Turim: Bollati Boringhieri, 1997.

\_\_\_\_\_. **Fundação Lemann**. Boletim da Educação no Brasil, Saindo da Inércia ?. 2009.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016 [2009].

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **O Ensino Superior privado-mercantil em tempos de economia financeirizada**.

\_\_\_\_\_. **Educação Contra a Barbárie - Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**, Editora Boitempo, São Paulo, 2019.

CAPRIOGLIO, C. A. et al: **Análise da L.D.B. da Educação Nacional** Lei nº 9394/96, Visão Filosófico-política dos pontos principais. Revista Eletrônica, Metavnoia, São João Del Rei, n. 2, jul. 2000. Disponível em: Acesso em: 10 jul. 2007.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus; Edusp, 1966.

\_\_\_\_\_. Depoimento. In: **MEMÓRIA viva da educação brasileira**. Brasília, DF: Inep, 1991a. v. 1.

Laval, Christian. 2019. **A Escola não é um Empresa - O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo. Editora Boitempo.

LINARES, Alexandre e BEZERRA, José Eudes. **Obscurantismo contra a liberdade de ensinar. Educação Contra a Barbárie - Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. Editora Boitempo, São Paulo, 2019.

Marcílio, Maria Luiza. 2014. **A História da Escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo. Editora, Instituto Fernand Braudel.

SADER, Emir. **A vingança da História**. São Paulo, SP, Editora Boitempo, 2007.